

# ELEMENTOS PARA UMA HISTÓRIA COMUM DA INDUSTRIALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS DO CONE SUL

*Marco Antonio Rocha\**

## **RESUMO**

O artigo busca apontar os elementos para a interpretação do processo de industrialização dos países do Cone Sul como um fenômeno histórico contido no próprio desenvolvimento do complexo primário-exportador e de sua superestrutura estatal. Para isso, o artigo recupera o conceito de complexo econômico e de seu desenvolvimento endógeno para apontar elementos comuns para a interpretação do processo de industrialização do Cone Sul como um processo de relativo ao desenvolvimento Neocolonial de complexos primário-exportadores. Nessa perspectiva, o desenvolvimento da industrialização possui caráter complementar ao desenvolvimento do próprio complexo primário-exportador e do fortalecimento da capacidade da estrutura estatal de exercer suas funções.

O artigo busca contribuir, através de uma proposta de interpretação do processo de industrialização nas economias do Cone Sul, para o melhor entendimento do processo de gênese e reprodução das classes sociais locais e dos elementos políticos que marcam a atuação do empresariado industrial nos países da região. Nesse sentido, o artigo procura também contribuir para o melhor tratamento histórico das experiências de industrialização na periferia do sistema capitalista ao longo do século XX.

**Palavras-chave:** História Econômica da América Latina, Industrialização, Período Neocolonial

---

\* Professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas e pesquisador do Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia (NEIT-IE/Unicamp).

## INTRODUÇÃO

O tema da industrialização da América Latina sempre foi caro ao debate regional. Não seria por menos, já que a formação do pensamento econômico latino-americano é marcada pela conscientização sobre o lugar do continente na divisão internacional do trabalho e as consequências daí decorrente – tendência à deterioração dos termos de troca, maior exposição aos ciclos econômicos e lenta incorporação do progresso técnico<sup>1</sup>, para enumerar alguns. Nesse sentido, o pensamento crítico latino-americano construiu, pelo menos ao longo da primeira metade do século XX, uma tradição teórica que identificava na industrialização praticamente um sinônimo de desenvolvimento econômico.

A razão disso, em grande parte, está no fato dessa tradição teórica ter se consolidado no período que se estende da desarticulação do Sistema Neocolonial, com a Crise de 1929, até o fim do ciclo de crescimento do Pós-Guerra. Durante esse tempo, embora os desequilíbrios vindos de um processo de industrialização que se assentara sobre uma estrutura semicolonial em transformação tenham se acumulado, o continente conheceu um período de aumento da renda per capita, modernização dos padrões de consumo e complexificação de sua estratificação social. Nesse sentido, até a década de 1960, pelo menos, a industrialização da América Latina parecia depender apenas de ajustes de trajetória e seu prosseguimento ainda parecia levar diretamente ao desenvolvimento econômico.

Nos anos que se seguiram à década de 1960, a maioria das economias latino-americanas abandonou seus projetos de industrialização e mesmo nos casos em que a marcha da industrialização continuou – basicamente, Brasil e México – esses adentraram em um padrão de desenvolvimento excludente e dependente. Aqueles países que não desmontaram seus complexos industriais ainda nos anos 1970<sup>2</sup>, nos anos 1990 viram seus sistemas manufatureiros entrarem em longo processo de desestruturação, a partir das privatizações, abertura comercial e abandono das políticas e instrumentos de fomento. Chama atenção, a rapidez e intensidade do processo de industrialização das economias do Cone Sul entre as economias da América Latina, assim como a incapacidade posterior de manter esse projeto frente a crises políticas e econômicas.

Parece oportuno, nesse sentido, tentar compreender a historicidade do processo de industrialização das economias do Cone Sul, através dos elementos que tornam esse processo específico, determinado pela lógica de reprodução social criada pela forma de articulação do espaço econômico do Cone Sul à divisão internacional do trabalho no período Neocolonial. A articulação funcional entre o

---

<sup>1</sup> Sobre os principais elementos formadores do pensamento estruturalista latino-americano, ver Rodriguez (2009).

<sup>2</sup> O caso mais extremo talvez seja o do Chile, que após primeira década do regime ditatorial de A. Pinochet o produto industrial representava 70% em termos reais do que era em 1973 (FFRENCH-DAVIS, 2010).

desenvolvimento industrial e do complexo primário-exportador, contribuiu para criar sistemas econômicos articulados regionalmente, com capacidade de avançar sobre as contradições manifestadas nas recorrentes crises de balanço de pagamentos, porém com pouca capacidade de criar um espaço nacional economicamente integrado.

O artigo procura ao longo da seção seguinte apontar os elementos para a interpretação do processo de industrialização dos países do Cone Sul como um fenômeno histórico contido no próprio desenvolvimento do complexo primário-exportador e de sua superestrutura estatal. Nesse sentido, serão apontados fenômenos comuns ao desenvolvimento industrial dos países da região, buscando estabelecer os elementos para uma história comum da industrialização dos países do Cone Sul.

## **1. CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA NEOCOLONIAL E PROTOINDUSTRIALIZAÇÃO DO CONE SUL**

Voltar à discussão sobre o começo da industrialização da América Latina sob a perspectiva de uma história comum significa buscar na estruturação desse processo, ainda no período neocolonial, as especificidades que tornam a trajetória de industrialização do Cone Sul particular ao seu contexto histórico. Mais especificamente, reconstruir os condicionantes relativos à inserção externa, às dimensões econômicas e políticas daí constituídas e os fatores endógenos que definem a experiência histórica do processo de industrialização do Cone Sul<sup>3</sup>. Esse esforço em distinguir as especificidades das trajetórias de industrialização tendo como ponto de partida as distintas formas de inserção na divisão internacional do trabalho é um passo necessário para construir um marco referencial para o estudo comparativo dos processos de industrialização dos países periféricos que se estenderam ao longo do século XX. Sem isso, o estudo comparativo de processos de industrialização tendem a se tornar desfiles de casos em que o Estado nacional acertou ou não no conjunto de políticas mobilizadas – definindo assim uma trajetória exitosa – e o debate sobre desenvolvimento tende a se assemelhar com um conjunto de receitas prontas a serem adotadas.

Essa breve reflexão busca discutir alguns marcos para a construção de uma história comum da industrialização da América Latina, tratando especificamente do processo de industrialização dos países do Cone Sul. Como será discutido, talvez seja mais rigoroso dizer que se trata de discutir a natureza da industrialização dos complexos primário-exportadores neocoloniais e, nesse caso, a região do Cone Sul concentra três dos principais casos da América Latina, o desenvolvimento industrial do complexo do café, da Bacia do Rio da Prata e do complexo do Salitre. Dessa forma, se entende que o estudo da industrialização da região se faz, primeiramente, através da relação complexo

---

<sup>3</sup> “Afinal, a autonomia da nação e a força de seus fatores endógenos constituem uma dimensão essencial do próprio desenvolvimento e do poder do Estado nacional e, conseqüentemente, não pode ser pressuposta” (Medeiros, 2018, p.140).

exportador - indústria nascente, sendo o impulso industrial resultado do grau de desenvolvimento capitalista prévio (SILVA, 1976). Logo, a história do processo de industrialização dos países da região é a história do desenvolvimento capitalista dos complexos primário-exportadores, da consolidação de uma estrutura política assentada na acumulação gerada por esse complexo e em sua gestão. A indústria nascente é, nessa perspectiva, parte complementar ao complexo exportador, cujo desenvolvimento se faz, de certa forma, necessário ao desenvolvimento capitalista de todo o complexo<sup>4</sup>. Não só no sentido de que o complexo primário-exportador fornece uma base de acumulação de capital prévia, como também pelo fato de que o desenvolvimento dessa indústria possibilita acomodar contradições relativas à formação e desenvolvimento do próprio complexo primário-exportador.

Nesse ponto talvez seja importante uma melhor qualificação do que se entende por complexo primário-exportador. Um complexo primário-exportador capitalista é um complexo econômico que se constitui como um conjunto econômico integrado, cuja articulação entre as partes que o compõe atuam de forma inter-relacionada definindo a dinâmica de crescimento regional (CANO, 1998; 2002). A ideia de complexo é, portanto, um conceito que define um território econômico, cuja relação entre território e complexo está na concentração espacial das atividades economicamente inter-relacionadas. Diferente de outras formas de economias regionais, os complexos econômicos garantem uma base de acumulação de capital que se articula com os investimentos na própria expansão da produção do complexo, criando novas oportunidades de acumulação através do desenvolvimento de atividades capitalistas complementares, como a fabricação de máquinas, insumos ou o atendimento da demanda de consumo. O processo de industrialização, enquanto diferenciação econômica de um complexo primário-exportador, remete ao fato de que um complexo econômico é algo restrito espacialmente, com pouca capacidade de disseminação de um processo econômico para um conjunto nacional mais amplo, isto é, para fora do próprio complexo.

Essa colocação nos permite retornar às questões metodológicas relacionadas aos estudos comparativos sobre industrialização e desenvolvimento capitalista. Talvez esse exercício seja de grande utilidade para a compreensão geral dos casos de industrialização dos complexos exportadores coloniais e semicoloniais, que podem ser considerados como a base do desenvolvimento capitalista comum a boa parte dos países do chamado Sul Global. O complexo exportador constitui uma estrutura na qual o desenvolvimento capitalista se iniciou e que condicionou os respectivos processos de

---

<sup>4</sup> Fleischer (1978:160) defende, em resumo, a seguinte definição de necessidade em processos históricos: “Aplica-se aqui a fórmula: necessário na prática (absolutamente necessário ou de importância vital) e por isso, tanto quanto possível, também necessário no acontecer; e não inversamente: necessário no acontecer, por isso, imperioso na prática”.

industrialização, salvo aqueles que passaram por processos revolucionários com mudanças mais profundas na inserção internacional desses países.

Os processos de industrialização do Sul Global diferem dos processos de industrialização tardia das economias europeias, Rússia e Japão, entre outros aspectos, porque, além de condicionados pelo próprio “atraso”, são condicionados pela forma como a articulação da base econômica, através do complexo primário exportador, condiciona o desenvolvimento posterior da indústria. Em seu livro artigo clássico, A. Gerschenkron (2015) expõe como o atraso relativo ao início do processo de industrialização em relação aos demais países industrializados condiciona as formas e magnitude dos processos de intervenção estatal, definindo inclusive descontinuidades nas trajetórias históricas das economias em processos de industrialização. No livro *Processo de Industrialização* (Oliveira, 2003), o autor identifica duas “ondas de industrializações atrasada”, a primeira incluindo Estados Unidos, França e Alemanha e segunda onda envolvendo parte restante da Europa, Rússia e Japão, sendo distintas em relação ao grau de monopolização do capital. Para ambos os autores, a industrialização tardia é tratada como um fenômeno histórico relativamente homogêneo – apesar das mediações culturais – distinto em graus de concentração e centralização do capital e divergindo pela forma como o atraso condiciona as indivisibilidades técnicas e os processos de transferência internacional de tecnologia.

No caso das industrializações em Regime Neocolonial, trata-se de um fenômeno histórico novo, cuja determinação estrutural está justamente nos elementos “neocoloniais” que condicionam o processo para além do “atraso”, aliás não muito distante em tempo da última onda de industrialização do continente europeu, na qual podemos incluir, por exemplo, parte da Escandinávia. O dinamismo adquirido pelo complexo primário-exportador durante a maturidade do Sistema Neocolonial possibilita a consolidação dos Estados nacionais na região, assim como sua articulação com a trajetória de diversificação setorial que começa a se desenvolver no entorno do complexo primário-exportador, desenvolvendo ainda no período Neocolonial uma relação específica entre o poder político, expansão do complexo primário-exportador e a “protoindustrialização”<sup>5</sup>, que começa a surgir no interior dos complexo exportadores. Essa articulação, justamente, que vai tornar possível a rápida organização de um processo consciente de industrialização, capaz de mobilizar e transformar

---

<sup>5</sup> A utilização do termo “protoindustrialização” aqui difere da utilização que ficou conhecida no debate europeu, sobre a importância da base artesanal local na definição geográfica da distribuição dos *clusters* industriais europeus. O debate pode ser bem sintetizado através do livro *Proto-Industrialization: The First Phase of Industrialization?*, de L. A. Clark (1985), e pela coletânea *Industrialization Before Industrialization*, organizada por Kriedte, Medick e Schulbohm (1981). Na América Latina, esse debate encontrou recepção no interessante livro *La Protoindustria Colonial Hispanoamericana*, de M. Grijalva (1993), sobre as *obrajes* de produção têxtil na região andina. A utilização aqui se refere a disseminação de unidades produtivas fabris antes de um processo sistematizado pelo poder público de incentivo e criação de instrumentos voltados à industrialização.

boa parte do aparato de Estado e sustentar significativas taxas de crescimento da produção, após os anos 1930 (DIAZ ALEJANDRO, 1984).

Nesse sentido, o artigo busca situar o período Neocolonial como fundamental para situar historicamente o processo de industrialização das economias do Cone Sul em relação à formação de seus condicionantes. Ainda que cause certo estranhamento a utilização do termo Neocolonial no debate historiográfico brasileiro, o termo é amplamente utilizado na historiografia hispano-americana<sup>6</sup> e se refere ao período cuja maturidade se estende, grosso modo, da Grande Depressão de 1873 até a Crise de 1929, coincidindo com o período de consolidação, auge e crise da hegemonia britânica. Nesse período, o dinamismo dos complexos primário-exportadores possibilitou a mobilização suficiente de recursos no centro econômico dos antigos territórios coloniais para deter a tendência à fragmentação dos territórios, conter os focos separatistas, integrar as áreas ainda sob o domínio e resistência dos povos originários e montar as primeiras forças armadas nacionais profissionalizadas, garantindo a consolidação dos Estados Nacionais no Cone Sul.

O fim da Grande Depressão do século XIX possibilitou enfim superar o vácuo econômico que as economias do continente haviam caído após as Guerras Napoleônicas e encontrar uma nova forma de inserção das economias locais no comércio com a Europa (BÉRTOLA e OCAMPO, 2015). Nos casos das economias do Cone Sul, a rearticulação se fez majoritariamente em cima de alguns complexos exportadores que ganharam maior dinamismo durante a fase em que a Revolução Industrial entrara na segunda metade do século XIX, notoriamente, o complexo mineiro de Antofagasta, o complexo do café no sudeste brasileiro, o complexo exportador dos pampas na foz do Rio da Prata e o complexo exportador de caucho da região amazônica<sup>7</sup>.

O período que vai da metade do século XIX até a última década do século ficou marcado pelos conflitos limítrofes entre os países da região, que não só definiram os limites dos estados em formação, como também possibilitaram uma maior ou menor integração entre centros produtores e zonas consumidoras – como é evidente no caso da Guerra do Pacífico e a integração de Antofagasta ao território chileno. Entre 1850 e 1890, os países do Cone Sul passam por uma série de conflitos que estabeleceram as zonas integradas política e economicamente aos complexos primário-exportadores locais. Embora seja um conjunto extenso, alguns valem a menção. Primeiramente, o maior deles, a Guerra do Paraguai que impôs a definição territorial e a ordem geopolítica na Bacia do Prata entre

---

<sup>6</sup> Como exemplo, basta lembrar que os títulos dos dois capítulos que cobrem esse período no livro clássico do historiador argentino Tulio Halperin Donghi, *História da América Latina*, são, respectivamente, *Afirmação do Regime Neocolonial* e *Maturidade do Regime Neocolonial* (HALPERIN DONGHI, 1975).

<sup>7</sup> W. Cano (2002) apresenta uma interessante formulação sobre as razões para certos complexos exportadores não avançarem para o incremento consistente da produção industrial no interior do complexo.

1864 e 1870; e segundo grande conflito envolvendo um país do Cone Sul, a Guerra do Pacífico, entre 1879 e 1883, que estabeleceu o controle e primazia da burguesia de Santiago-Valparaíso sobre a zona salitreira, estabelecendo o controle chileno sobre Antofagasta<sup>8</sup>.

Pode se somar, as tensões limítrofes entre Chile e Argentina que vão encontrar algum termo no Tratado Fierro-Sarratea de 1878, mas que somente nos primeiros anos do século XX vão se arrefecer de fato. Assim como, as duas grandes guerras organizadas em base nacional contra os povos originários: *La Conquista Del Desierto*, entre 1878 e 1884, com a conquista da parte sul dos Pampas pelas tropas do General Roca; e *Guerra de La Araucanía*, entre 1860 e 1883, estabelecendo o controle chileno sobre o território Mapuche ao sul do país. Em ambos os casos, essas guerras são fundamentais para a ampliação da fronteira agrícola e das grandes propriedades de produção mercantil, possibilitando a acomodação, em regimes de arrendamento, do contingente populacional que havia crescido substancialmente na região durante o mesmo período (HALPERIN DONGHI, 1975; CERRA, 2005).

Ainda no mesmo período, os países da região presenciam as últimas grandes guerras internas. Na Argentina, com a derrota de Mitre e a consolidação da forma federativa nos governos Avallaneda e Roca, em 1880. No Chile, em 1891, com a queda de Balmaceda, e o estabelecimento da República Parlamentar no Chile. No Uruguai, Latorre conseguia a pacificação política temporária do país e abria caminho para um período de intenso crescimento econômico. E, por fim, vale mencionar também a proclamação da república no Brasil e a adoção, através da Constituição de 1891, do formato federativo, sob a hegemonia de Minas Gerais e São Paulo, depois da turbulenta última década do Império.

Esses conflitos, sob a perspectiva da formação econômica dos países da região, são importantes não só porque definem áreas de integração econômica, e a forma dessa integração, ao complexo primário-exportador, mas também porque são os marcos históricos da formação dos Estados Nacionais e das forças armadas profissionalizadas dos países da região. Nas décadas seguintes, o autoritarismo progressista vai se tornar uma ideologia importante dentro do espectro político conservador na região, se contrapondo ao liberalismo (HALPERIN DONGHI, 1975) e tendo como contexto a experiência histórica da baixa capacidade de resposta dessas forças armadas frente aos conflitos ocorridos e a necessidade de incorporação da produção industrial das novas tecnologias. No começo do século XX, especialmente na Argentina (BELINI e ROUGIER, 2008), os núcleos de produção provenientes de

---

<sup>8</sup> No século XX, entre 1932 e 1935, a região ainda teria uma disputa tardia entre Paraguai e Bolívia com a Guerra do Chaco.

iniciativas das forças armadas serão elementos importantes na formação dos sistemas manufatureiros locais.

As duas últimas décadas do século XIX foram de forte crescimento econômico para região. A consolidação dos Estados nacionais havia possibilitado a centralização de recursos via o controle das receitas aduaneiras e o endividamento internacional tendo como garantia a posse das receitas de exportação, disponibilizando assim os meios necessários à definição do território nacional. A formação dos Estados nacionais, em última instância, dependeu da utilização dos recursos do complexo primário-exportador, que impôs, por sua vez, a necessidade do controle e expansão desses recursos como forma de consolidar o poder político sobre essa estrutura econômica<sup>9</sup>. A expansão dos complexos primário-exportadores era condição necessária também para se fazer frente às obrigações internacionais criadas pelo endividamento e pelo déficit comercial. Como o ajuste possível se fazia via saldo comercial e, fiscalmente, via a capacidade de aumentar as tarifas aduaneiras, a substituição de importações aumentava a capacidade de ajuste externos dessas economias.

Os dados econômicos do período para as economias do Cone Sul são expressivos. Os termos de troca melhoraram de forma substancial entre 1870 e 1880 e, depois de um período de queda, retomaram a tendência de melhora entre 1890 e 1900, mantendo-se entre 1870 e 1900 em um patamar cerca de 50% superior aos das três décadas anteriores. Entre 1870 e 1913, o PIB per capita dos países do Cone Sul aumentou 75%, puxados pelo PIB per capita de Chile e Argentina que mais do que dobraram no período (BÉRTOLA e OCAMPO, 2015). A melhora dos termos de troca e do quantum exportado possibilitou a retomada da convertibilidade monetária que em alguns casos, como no Chile e Uruguai, havia sido suspensa durante a década de 1870.

A estabilização do quadro político na região, combinada com o aumento do saldo comercial, favoreceu o incremento dos investimentos estrangeiros e a expansão do crédito aos governos locais. Os investimentos ingleses nos países do Cone Sul passaram de um volume de 27 milhões de libras, em 1865, para cerca de 120 milhões de libras em 1895. No caso argentino, os investimentos ingleses passam de 2,7 milhões de libras para 46 milhões no período (OLIVERA, 2002). Em 1884, segundo os dados compilados por Olivera (2002)<sup>10</sup>, os empréstimos públicos representavam 56% dos capitais ingleses nos países do Cone Sul, que se converteram, ao menos em parte, em obras urbanas e de infraestrutura voltada à exportação, como são representantes desse processo as obras de ampliação

---

<sup>9</sup> Duas sínteses sobre o processo podem ser encontradas em Cerra (2005) e Rabinovich (2021).

<sup>10</sup> Há uma discrepância considerável entre as diversas fontes de dados para os investimentos externos no período, porém todos demonstram um quadro semelhante.



do Porto Madero, no governo Roca, ou a drenagem e contenção do Rio Mapocho e as obras de urbanização de Santiago, no governo Balmaceda.

Tabela 01 – Investimentos Britânicos nos países do Cone Sul ao final da década de 1880 (Libras, valor corrente)

País	Investimentos Diretos	Títulos do Governo	Total
<b>Argentina</b>	9.105.009	11.233.700	20.338.709
<b>Brasil</b>	15.808.905	24.060.162	38.869.067
<b>Chile</b>	701.417	7.765.104	8.466.52
<b>Uruguai</b>	7.644.105	4.124.885	11.768.990

Fonte: Rippy (1959) apud Taylor (2006).

Parte considerável desse fluxo de capitais se converteu na expansão da rede ferroviária, seja via crédito aos governos locais ou via investimentos diretos. Em 1860, a Argentina possuía 39 quilômetros de ferrovias, Brasil dispunha de 223, enquanto Chile possuía 195 quilômetros e a rede uruguaia era insignificante. Em 1880, a quilometragem de estradas férreas na Argentina havia passado para 2.313 quilômetros, no Brasil alcançava 3.398 quilômetros, enquanto no Chile e Uruguai era de 1.777 e 431 quilômetros respectivamente (BÉRTOLA e OCAMPO, 2015). No total, em 20 anos a extensão da malha ferroviária do Cone Sul tinha aumentado cerca de 17 vezes.

Aqui se pode recorrer à tipologia sobre os complexos primário-exportadores para entender as divergências nos ritmos de crescimento e aumento da renda per capita e da capacidade de integração com outras atividades nas economias locais. Seguindo a tipologia definida por Furtado (1970), os complexos primário-exportadores da região são divididos em complexos produtores de produtos agrícolas de clima temperado, complexos produtores de produtos agrícolas tropicais e países produtores de produtos mineiros. Essa tipologia, como uma primeira aproximação, apresenta uma base interessante para se discutir as características estruturais de cada complexo, porém requer outros elementos para o entendimento de dinâmicas econômicas significativamente distintas.

No caso do complexo do Rio da Prata, a produção de gêneros concorrentes com produtos de zonas de clima temperado e, por isso, com seus preços internacionais balizados pela formação desses preços nas economias centrais possibilitou a maior remuneração dos fatores de produção nas economias periféricas exportadoras desses mesmos bens. Como os dados os dados apresentados por Bértola e Ocampo (2015) demonstram, o nível salarial da Argentina e Uruguai era, em 1890, cerca de três e quatro vezes, respectivamente, o nível salarial médio do Brasil, enquanto no Chile o nível salarial era 55% superior ao brasileiro. Embora sejam gêneros de clima temperado, a elasticidade de oferta é distinta tratando-se de trigo, lã ou carne resfriada. Da mesma forma, a elasticidade-renda tende a ser

maior para os insumos industriais – como os que se obtinham através do salitre – do que para os alimentos semiprocessados.

O salitre era um empreendimento de barreiras à entrada não muito elevadas, intensivo em trabalho, com demanda alta por uma série de insumos industriais, que vão desde gêneros alimentícios para os trabalhadores até produtos químicos, como cloreto de potássio – para obtenção dos nitritos e nitratos a partir do salitre – e explosivos, além de equipamentos e ferramentas para a mineração. O salitre é um insumo chave para a produção de fertilizantes, sal de cura para a indústria de alimentos e pólvora, insumos industriais de suma importância na época e, por isso, de elasticidade-renda superior aos gêneros alimentícios, ainda que tenha sido gradualmente substituído pelos insumos vindos de rotas da química industrial. Posteriormente, a passagem para a economia do cobre define uma estrutura econômica distinta, muito mais intensiva em capital e complexa tecnologicamente, com elevadas barreiras à entrada. No caso do complexo minerador do Pacífico, a especialização comercial da burguesia de Santiago-Valparaíso no fornecimento de gêneros para as áreas de mineração, ainda se beneficiou do ciclo do ouro na Califórnia e depois na Austrália na geração de demanda pelos produtos do Vale Central, criando um complexo econômico integrado nacionalmente a partir da Guerra do Pacífico.

As características dos complexos primário-exportadores definem o maior ou menor dinamismo da economia adjacente e condicionam trajetórias de diversificação produtiva, como no caso do desenvolvimento precoce da indústria de bens de capital no Chile<sup>11</sup>. Assim como, essas características estruturais também definiam o grau de encadeamento com as atividades de beneficiamento pré-exportação e a natureza dessas atividades produziram paisagens urbanas distintas. Após os primeiros anos do século XX, por exemplo, o processo de resfriamento e processamento para embarque da carne argentina já era majoritariamente realizado em grandes frigoríferos de escala industrial, contando com um número de operários urbanos significativo.

O dinamismo do complexo primário-exportador também definiu a massa de recursos disponíveis para os Estados nacionais para a formação de sua própria estrutura burocrática, possibilitando aumentar os números dos estratos médios urbanos e ampliar sua capacidade de fazer política. O crescimento da renda per capita durante o último quarto do século XIX, o incremento do aparelho de Estado e a

---

<sup>11</sup> G. Palma (1984) argumenta que, em 1915, cerca de 80% da demanda doméstica por bens industriais era atendida pela indústria local. Nesse período o crescimento da produção de insumos e bens de capital começou a crescer em um ritmo superior à produção de bens de consumo, indicando que o Chile tinha desenvolvido uma capacidade significativa na produção de bens de capital nas décadas anteriores, capaz de responder ao período de maior instabilidade internacional após a Primeira Guerra. De forma semelhante, para o caso do complexo cafeeiro paulista, W. Suzigan (1986) descreve um perfil de desenvolvimento setorial da indústria brasileira em sua fase inicial profundamente marcada pela demanda proveniente do complexo exportador.

sofisticação produtiva do complexo primário-exportador ditaram a intensidade do processo de urbanização na região. Por sua vez, a expansão da capacidade de consumo nas cidades fez surgir um conjunto de atividades industriais voltadas à demanda local ainda no final do século XIX, em um surto de abertura de estabelecimentos fabris significativo na região, que foi suficiente para motivar a criação de instituições voltadas ao fomento dessas atividades e associações de classe representativas dos interesses industriais.

Em 1883, O governo chileno instituiu a *Sociedad de Fomento Fabril*, buscando aproximar do poder executivo das associações industriais já existentes em Santiago e em Valparaíso. Na Argentina, o *Club Industrial*, fundado em 1875 e posteriormente convertido em *Unión Industrial Argentina*, teve como principal tarefa durante a década de 1880 o debate sobre as tarifas com o poder executivo e a defesa da proteção tarifária da indústria nacional (DORFMAN, 1970; PINEDA, 2009). Os documentos da Associação Industrial brasileira também demonstram participação ativa da classe industrial na discussão sobre a mudança tarifária em 1879 e 1897 (CARONE, 1977; 1978). No Uruguai, a *Liga Industrial*, fundada em 1879, teve papel importante no debate sobre as leis aduaneiras de 1888 (BERETTA CURI, 2013). Ao final da década de 1880, todos os países do Cone Sul já possuíam entidades de defesa dos interesses industriais agindo ativamente, em um período em que a região passava por um período de queda dos termos de troca e problemas no balanço de pagamentos.

A capacidade de representação política acompanhou o crescimento significativo do número de estabelecimentos nas últimas décadas do século. Embora os dados sobre a atividade manufatureira sejam escassos e de difícil comparação intertemporal, é possível estabelecer alguma base comparativa. Na cidade de Buenos Aires, o número de estabelecimentos industriais cresceu de 6.128 em 1887, para 8.439 em 1895, com o número de trabalhadores passando de 42.321 para 70.469 (ROCCHI, 2006), sendo que em 1895, Buenos Aires respondia por um terço dos estabelecimentos do total do país (DORFMAN, 1970). No Chile, dos 2.449 estabelecimentos industriais presentes no censo de 1895, 41,9% foram fundados entre 1890 e 1895 (BERETTA CURI, 2014)<sup>12</sup>. O estudo de M. B. Levy (1994) sobre a Bolsa de Valores do Rio de Janeiro também aponta o final do século XIX como um período intenso na abertura de novas empresas.

O surto industrial do final do século XIX demonstra como os complexos primário-exportadores regionais conseguiram responder substituindo importações, ainda que de forma incipiente, durante a deterioração do saldo em transações correntes na década de 1880 e como as associações industriais rapidamente se organizaram para discutir uma questão fundamental, a capacidade de manejo das

---

<sup>12</sup> Beretta Curi (2013) comenta, inclusive, sobre a precocidade da organização do empresariado industrial no Cone Sul em relação ao processo de industrialização.

tarifas alfandegárias para fazer frente a problemas fiscais e no balanço de pagamento. Os documentos do período demonstram como a negociação tarifária com o poder executivo se fez pautada, primeiramente, pela necessidade do poder público em compensar a queda de receitas e, diante desse fato, pelo escalonamento das tarifas de modo a não prejudicar os insumos da indústria e do complexo exportador e proteger a produção manufatureira já internalizada.

A resposta das economias locais às crises do final do século XIX nos aponta uma questão crucial, o desenvolvimento dos complexos primário-exportadores a partir da integração Neocolonial só foi possível através de uma considerável mobilização de capital estrangeiro, esforço fiscal dos Estados e com alto coeficiente de importação. O crescimento dos complexos regionais se fez quase que *pari passu* com o crescimento do passivo externo das economias da região. A utilização dos mecanismos típicos na época para contenção de crises no balanço de pagamentos, como aumento das tarifas e abandono da paridade fixa, dependia da capacidade da oferta interna como mediação para o impacto que a utilização desses instrumentos teria sobre os diferentes extratos da população e, portanto, no conflito distributivo.

O desenvolvimento dessa “protoindustrialização” ainda no período Neocolonial com alguma capacidade de resposta a mudança dos preços relativos foi fundamental para permitir aos Estados nacionais ampliar suas receitas aduaneiras – principal fonte de receita – e adquirir maior margem de manobra das tarifas em período de deterioração dos termos de troca. O desenvolvimento industrial dos complexos exportadores, já no final do século XIX, demonstrava ser funcional para os Estados de duas formas: via fortalecimento da capacidade dos Estados ampliarem suas receitas via imposto aduaneiro e pela redução da restrição externa das economias, através da redução do coeficiente de importação dos complexos primário-exportadores.

Desse modo, o desenvolvimento da indústria local fortalecia a capacidade política do Estado na medida em que possibilitava melhor manejo dos mecanismos de ajuste do balanço de pagamentos. A indústria foi se implementando e acomodando suas demandas políticas como mecanismo complementar à capacidade estatal de se organizar sobre a base econômica do complexo primário-exportador e fomentada pelo Estado sempre que possível, ainda que se mantivesse o discurso livre-cambista na maior parte das vezes. Mesmo depois da crise de 1873 e da queda dos termos de troca na década de 1880, a América Latina continuou a manter tarifas alfandegárias mais altas que a média mundial até pelo menos a década de 1920 (BÉRTOLA e WILLIAMSON, 2006). O patamar elevado

em que se manteve as tarifas alfandegárias nos países da região foi possível pelo desenvolvimento significativo da oferta doméstica de bens industriais no período<sup>13</sup>.

Essa relação avança de forma ainda mais funcional após a Primeira Guerra Mundial, período em que o cenário internacional para a América Latina é marcado pela deterioração dos termos de troca em relação ao período entre 1873 e 1910 e pela maior volatilidade dos preços internacionais. Não só para o Brasil, como aponta Suzigan (1986), como para o restante dos países do Cone Sul, a crise prolongada dos complexos primário-exportadores do Cone Sul, durante os anos 1920, induziu um maior dinamismo no setor industrial. A mudança da conjuntura internacional após a Primeira Guerra também marcou o início do declínio do Regime Neocolonial, com a região entrando em um período em que os termos de troca apresentaram contínua tendência de piora e alta volatilidade nos preços internacionais.

Esse período de grande instabilidade culmina na crise do sistema neocolonial com a Grande Depressão de 1929, impondo a intensificação do processo de substituição de importações. O processo que se segue a partir da crise se limita a mitigação dos problemas de balanço de pagamentos pela substituição doméstica da produção importada, sem afetar significativamente a inserção dessas economias na divisão internacional do trabalho e nem mesmo os limites regionais da industrialização atrelada ao complexo primário-exportador. A crise dos anos 1960 nas economias da América Latina e o esgotamento da industrialização substitutiva de importações naqueles setores de menor complexidade impunha alterações de cunho estrutural nas economias da região, sobretudo aquelas com menor mercado doméstico, condição que nem mesmo as burguesias industriais dos países da região estavam dispostas a assumir.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A industrialização no Cone Sul merece ser tratada como um capítulo de destaque na formação econômica dos países da região. Embora a perspectiva contida no artigo defina o processo de industrialização no Cone Sul como um processo historicamente contido ao desenvolvimento do complexo primário-exportador, a industrialização foi um fator fundamental na diferenciação das classes sociais na região e, sobretudo, na consolidação dos trabalhadores urbanos. O desenvolvimento da indústria quase que *pari passu* com o desenvolvimento do complexo primário-exportador possibilitou o aumento da capacidade fiscal dos estados do Cone Sul e que essas economias

---

<sup>13</sup> Na Argentina, por exemplo, Rocchi (2006) estima que a taxa de crescimento anual médio do produto industrial foi de 11,2%.

ganhassem maior capacidade de suportar o passivo externo gerado pelas quedas de preços das commodities exportadas e pelo endividamento externo.

A indústria regional foi se ampliando nos espaços abertos pelo manejo das tarifas e pela necessidade de, por vezes, abandonar a conversibilidade e fazer manejo também das taxas de câmbio para lidar com as crises de balanço de pagamentos. O crescimento da renda interna provocado pelo impulso dado ao complexo primário-exportador, via a criação de infraestrutura e a ampliação da sua fronteira, criou as condições para o desenvolvimento das atividades manufatureiras urbanas. Em um cenário de tendência ao aumento das barreiras tarifárias, como forma de resposta à tendência da deterioração dos termos de troca e seus efeitos fiscais, as manufaturas locais foram ampliando sua participação na produção doméstica.

Mesmo o *keynesianismo avant la lettre* das políticas expansionistas como resposta à Crise de 1929 – apontado por Furtado (1970) – obteve algum sucesso devido a capacidade de resposta da produção local nos centros econômicos dos países da região, constituída previamente à crise. A consolidação do processo de industrialização como uma diretriz dos Estados após 1930 seguiu no sentido do fortalecimento da base econômica que se ligava a estrutura regional do poder nos países da região, sem se colocar como um elemento integrador nacional. O ímpeto dado às políticas de industrialização após 1930 possibilitou o desenvolvimento de atividades manufatureiras de menores escalas produtivas e baixa complexidade tecnológica, cujo desenvolvimento podia se fazer sem a necessidade de disputar o mercado internacional. Os instrumentos típicos de fomento à competitividade internacional continuaram, de fato, voltados majoritariamente ao complexo primário-exportador – como os sistemas de ciência, tecnologia e inovação e os instrumentos de crédito direcionado.

Ainda que o processo de industrialização anterior a 1930 tenha provocado uma considerável diferenciação das classes sociais urbanas, esse processo também, assim como a industrialização, foi regionalmente contido aos espaços dos complexos primário-exportadores. No caso das burguesias industriais, seu horizonte nasceu contido nas perspectivas de fortalecimento do complexo primário-exportador, com o processo de acumulação de capital dependendo do impulso dado pela demanda gerada pelas atividades exportadoras e da capacidade de importar insumos e bens de capital definida pelo saldo comercial gerado pelo complexo exportador. Nesse sentido, a burguesia industrial da região nasce como fração de classe dependente e sem pretensões hegemônicas.

Mesmo que durante a reorganização dos blocos no poder locais depois dos efeitos da Crise de 1929 as burguesias industriais do Cone Sul tenham ascendido a posições com maior capacidade de fazer valer seus interesses, seu horizonte de reivindicações nunca se moveu além das pautas econômicas

imediatas. A dificuldade de se levar adiante um processo de industrialização mais amplo e o abandono posterior das políticas de industrialização da maior parte dos países da região é fruto da incapacidade dessa mesma burguesia de avançar em um processo que demandaria incorporar maiores escalas produtivas e disputar o mercado internacional, com a necessária mobilização do Estado e criação dos instrumentos para se mover nessa direção.

O processo de industrialização é tratado na literatura como um processo, em geral, diferenciado historicamente, em cada caso, pela necessidade de mobilização de recursos frente ao grau de desenvolvimento das forças produtivas e pela maior ou menor capacidade de constituição de uma política com relativa autonomia e competência de mobilização para superação dos entraves relativos à incorporação dos setores mais complexos. O artigo busca contribuir na definição dos elementos que tornam a industrialização do Cone Sul algo dotado de uma especificidade histórica definida pela lógica de reprodução da estrutura econômica responsável pela inserção das economias da região na divisão internacional do trabalho.

A gênese e desenvolvimento do processo de industrialização como atividade acessória ao desenvolvimento do próprio complexo primário-exportador define uma trajetória de industrialização historicamente específica à realidade Neocolonial e, em grande medida, superada apenas parcialmente. Trajetória em que há Estados Nacionais formalmente independentes, porém inseridos economicamente em um sistema de trocas desiguais. Para além das questões relativas à incorporação do progresso técnico das economias primário-exportadoras, a industrialização dos países da região esteve contida estruturalmente dentro da dinâmica de reprodução social do complexo primário-exportador e, por isso, incapaz de realizar a própria tarefa histórica da industrialização, que seria a superação da condição periférica na divisão internacional do trabalho.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BELINI, C; ROUGIER, M.** *El Estado empresario en La industria argentina: conformación y crisis*. Buenos Aires: Manatíal, 2008.
- BERETTA CURI, A.** Del artesanado a los gremios industriales: liberalismo y tensiones en la construcción de las primeras asociaciones patronales. El caso de la Liga Industrial (1879-1888). *Revista de Ciencias Sociales*, 5(24), pp. 87-108, 2013.
- BERETTA CURI, A.** Inmigración europea e industria: Uruguay en la región (1870-1915). Montevideo: Ediciones Universitarias, 2014.
- BÉRTOLA, L.; OCAMPO, J. A.** *O desenvolvimento econômico da América Latina desde a independéncia*. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2015.
- BÉRTOLA, L.; WILLIAMSON, J.** Globalization in Latin America before 1940. In: BULMERTHOMAS, V. ET AL. *The Cambridge History of Latin America: Volume II*. Nova Iorque: Cambridge Univesity, 2006.
- CANO, W.** *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Campinas: Unicamp, 1998.
- CANO, W.** *Ensaio sobre a formação regional do Brasil*. Campinas: Unicamp, 2002.
- CARONE, E.** *O pensamento industrial no Brasil (1880-1945)*. Rio de Janeiro: Difel, 1977.
- CARONE, E.** *O Centro Industrial do Rio de Janeiro e a sua importante participação na economia nacional (1827-1977)*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1978.
- CERRA A.** La formación de los estados nacionales latinoamericanos. In: ALORI, L. ET AL. *El Estado y los actores sociales en La Historia Argentina*. Buenos Aires: Biblos, 2005.
- DIAZ ALEJANDRO, C.** Latin America in the 1930s. In: THORP, R. *An economic history of twentieth-century Latin America. Latin America in the 1930s: the role of the periphery in World Crisis*. Londres: Palgrave-Macmillian, 1984.
- DORFMAN, A.** *Historia de la industria argentina*. Buenos Aires: Hyspamerica, 1986.
- FFRENCH-DAVIS, R.** *Economic reforms in Chile: from dictatorship to democracy*. Londres: Palgrave-Macmillian, 2010.
- FURTADO, C.** *A Economia Latino-Americana: formação histórica e problemas contemporâneos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. (1970)
- GERSCHENKRON, A.** *O atraso econômico em perspectiva histórica e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.
- HALPERIN DONGHI, T.** *História da América Latina*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- LEVY, M. B.** *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.
- MEDEIROS, C.** O processo de desenvolvimento econômico: anotações críticas aos “neoinstitucionalismo” e ao “nacionalismo metodológico”. In: BRANDÃO, C. A. (org.). *Teorias e políticas do desenvolvimento latino-americano*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2018.
- OLIVEIRA, C. A.** *O processo de industrialização: do capitalismo originário ao atrasado*. São Paulo: UNESP, 2003.



**OLIVERA, E.** *Proceso histórico de La economía uruguaya: Del Mercantilismo Colonial al Encierro Dirigista*. Montevideo: Linardi y Risso, 2002.

**PALMA, G.** From an export-led to an import-substituting economy: Chile 1914-39. In: THORP, R. *An economic history of twentieth-century Latin America. Latin America in the 1930s: the role of the periphery in World Crisis*. Londres: Palgrave-Macmillan, 1984.

**PALMA, G.** Gansos voadores e patos vulneráveis: a diferença da liderança do Japão e dos Estados Unidos, no desenvolvimento do Sudeste Asiático e da América Latina. In FIORI, J. L. (Org.). *O poder americano*. Petrópolis: Vozes, 2004.

**PINEDA, Y.** *Industrial development in a frontier economy: the industrialization of Argentina, 1890-1930*. Stanford: Stanford University, 2009.

**RABINOVICH, A.** El fenómeno de la Guerra en sudamérica: regiones, problemas y dinámicas: primera mitad del siglo XIX. In: PEREA, N. (org.). *Repúblicas sudamericanas en construcción: hacia una historia en común*. Lima: Fondo de Cultura Económica, 2021.

**ROCCHI, F.** *Chimneys in the desert: industrialization in Argentina during the export boom years, 1870-1930*. Stanford: Stanford University, 2006.

Rodriguez

**SILVA, S.** *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

**SUZIGAN, W.** *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

**TAYLOR, A.** Foreign capital flows. In: BULMER-THOMAS, V. ET AL. *The Cambridge History of Latin America: Volume II*. Nova Iorque: Cambridge University, 2006.